



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639069 - MS (2021/0004496-2)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : ADRIANA ISRAEL DE LIMA  
**ADVOGADO** : ADRIANA ISRAEL DE LIMA - SP422894  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : JEFFERSON BUENO DE MORAIS (PRESO)  
**CORRÉU** : ADAIR APARECIDO DE OLIVEIRA JUNIOR  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFFERSON BUENO DE MORAIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (Execução Penal n. 0002298-20.2017.8.12.0014).

O paciente foi condenado em definitivo às penas de 5 anos e 3 meses de reclusão em regime inicial semiaberto e de 525 dias-multa, pela prática do crime capitulado no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso V, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, alegando que (fls. 5/8):

Após obter-se lapso para saída temporária, ele não retornou para a penitenciária, pois estava assiduamente preocupado com seus familiares, no dia 12/03/2019, foi recapturado na Cidade de Assis, direcionado para a Penitenciária de Lutécia e posteriormente transferido para Andradina no Estado de São Paulo, situada em “Rodovia Municipal ADD nº 468, no Bairro Pereira Jordão, sobre o Código de Endereço Postal nº 16900-220.”

Ressalta-se aos cultos e sábio julgadores que na outrora, mas especificamente no dia 30 (trinta) de setembro do ano passado, o Juízo “a quo”, proferiu o despacho determinando a imediata remessa dos autos ao juízo da VEP de Lutécia, no Estado de São Paulo, o que ainda não foi efetivado.

E conforme o último boletim informativo exposto nos autos do processo executório nº 0002298-20.2017.8.12.0014, ele já teria obtido o lapso temporal, para ser apreciado com o livramento condicional.

[...]

A defensora, motivada pelo paciente e pelos seus progenitores, que não endente o porquê os autos executórios penal não foram direcionados para a Estado onde o paciente se encontra detido, interpor-se o presente habeas corpus, buscando a real aplicação da justiça.

[...]

Pleiteia-se, por meio do presente Habeas Corpus, a transferência dos autos de execução penal do paciente, pois ele está detido na penitenciária da comarca de Araçatuba no Estado de São Paulo, sem qualquer identificação, como se estivesse em cumprimento de punição perpetua.

Afirma que requereu ao Juízo da Vara de Execuções a progressão de regime, diante do tempo decorrido e da remissão pelo trabalho, mas que tal pedido ainda não foi analisado.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem a fim de determinar a transferência dos autos executórios para a comarca em que o paciente está cumprindo a pena. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A parte impetrante maneja o *writ* para reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul que, conforme consulta ao *site* do próprio STJ, já transitou em julgado em 19/11/2018 (AREsp n. 1.353.135).

Evidencia-se, portanto, que o pedido formulado consubstancia substitutivo de revisão criminal, a despeito de não ter sido inaugurada a competência do STJ. Isso porque, nos termos do art. 105, I, e, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça, originariamente, "as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados".

Confirmam-se precedentes das Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça:

*HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO. TRÂNSITO EM JULGADO. SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. NULIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. RÉU INDEFESO EM PLENÁRIO. NÃO OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

1. O habeas corpus foi impetrado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo transitado em julgado; é, portanto, substitutivo de revisão criminal. Por força do art. 105, I, 'e', da Constituição Federal, a competência desta Corte para processar e julgar revisão criminal limita-se às hipóteses de seus próprios julgados. Como não existe, neste Tribunal, julgamento de mérito passível de revisão em relação à condenação sofrida pelo paciente, forçoso reconhecer a incompetência deste Tribunal para o processamento do presente pedido [...].

Habeas corpus não conhecido. (HC n. 288.978/SP, relator para o acórdão Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 21/5/2018.)

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. *WRIT* IMPETRADO CONTRA ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO, SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. INADMISSIBILIDADE. PEDIDO DE CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO. DESCABIMENTO. INICIATIVA DO ÓRGÃO JULGADOR.

Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 494.794/MA, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 11/4/2019.)

PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. DESACATO. PLEITOS DE ABSOLVIÇÃO, EXCLUSÃO DA REINCIDÊNCIA, FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO E SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL POR RESTRITIVA DE DIREITOS. MATÉRIAS NÃO APRECIADA E DECIDIDA PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. *WRIT* UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

[...] IV - O exame das alegações do impetrante se mostra processualmente inviável, uma vez que transmuta o habeas corpus em sucedâneo de revisão criminal, já que transitada em julgado a condenação, configurando, assim, usurpação da competência do Tribunal de origem, nos termos dos arts. 105, I, "e" e 108, I, "b", ambos da Constituição Federal.

*Habeas corpus* não conhecido. (HC n. 540.161/SP, relator Ministro Leopoldo de Arruda, desembargador convocado do TJPE, Quinta Turma, DJe de 17/12/2019.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 21 0 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente